

EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: UMA VISÃO PANORÂMICA

Cláudio Silva de Sousa¹
Kátia Siqueira de Freitas²

RESUMO: Neste início de século XXI a educação é objeto da preocupação de organismos internacionais, países, indivíduos, políticos, empresários. Ainda que por motivos diferentes: condições de competitividade em uma economia globalizada, forma de melhorar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho, ou ainda como oportunidade de “grandes negócios”. O texto aborda em extensão o campo da educação superior, buscando conhecer as dimensões do debate atual, sem a pretensão de uma análise em profundidade, dessa forma dando uma visão panorâmica da educação superior brasileira desde sua origem, desenvolvimento até os dias atuais. A origem da educação superior brasileira de forma elitizada e bacharelesca traz conseqüências que podem ser sentidas ainda hoje. A expansão do ensino superior através do setor privado não foi capaz de democratizar o acesso e melhorar a taxa de escolarização bruta deste nível de ensino. A expansão através da lógica de mercado sem uma política educacional que contemplasse as demandas sociais impõe desafios relacionados à qualidade do ensino e democratização do acesso. Tais desafios estão postos à sociedade brasileira e precisam ser enfrentados através de amplas discussões sobre o papel da educação superior que queremos, e estão atrelados a questões mais amplas como cidadania e direitos sociais, papel do Estado, modelo de desenvolvimento do país.

Palavras-chave: Educação superior; Expansão do ensino superior; Políticas educacionais.

INTRODUÇÃO

Neste início de século XXI a educação é tida como essencial para a “sociedade do conhecimento”, os estados nacionais a enxergam e são orientados por organismos internacionais que somente através da educação/qualificação de seu povo alcançarão condições de competitividade em uma economia globalizada; os indivíduos a vêem como necessária para melhorar suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho e possibilitar ascensão social; enquanto os empresários a vêem como uma oportunidade de “grandes negócios”.

É fato que este interesse generalizado pela educação, obviamente por motivações diversas, tem contribuído para universalização do ensino fundamental, para o encaminhamento para universalização também do ensino médio e massificação do ensino superior. Embora em muitas situações tais condições representem apenas estabelecimento/cumprimento de metas e estatísticas desconectadas com a qualidade, pouco contribuindo para a formação de cidadãos críticos e propositivos, qualificados não só para o mercado, mas também para a vida em uma sociedade democrática.

Educação superior, ensino superior, educação pós-secundária, educação terciária; a multiplicidade de expressões para designar este nível de escolarização reflete a amplitude do

¹ Fisioterapeuta – Mestrando em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador, e-mail: ftclaudio@yahoo.com.br, autor.

² Doutora em Administração da Educação, The Pennsylvania State University. Docente do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania – UCSAL, co-autora.

debate atual deste campo. Embora a utilização de cada uma destas expressões em sua origem esteja associada a diferenças e particularidades de perspectivas de seus autores, neste texto não nos ateremos a tais especificidades, utilizando-as como sinônimas, salvo quando a distinção seja essencial para a compreensão das características em análise.

A educação expressa na Constituição Federal de 1988 e disciplinada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96 tem como finalidades o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De uma perspectiva individual a educação superior tem como papel capacitar profissionalmente, propiciar realização pessoal e possibilitar mobilidade social. (RIBEIRO, 2006)

A LDB estabelece como níveis da educação escolar a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e educação superior. A educação superior composta por cursos sequenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão tem entre suas finalidades estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e tecnologia e a criação e difusão da cultura. (LDB 9394/96)

O objetivo deste texto é abordar em extensão o campo da educação superior, buscando conhecer as dimensões do debate atual, sem a pretensão de uma análise em profundidade, dessa forma dando uma visão panorâmica da educação superior brasileira desde sua origem, desenvolvimento até os dias atuais.

O debate atual a respeito da educação superior abrange temas como: as funções da educação superior; a expansão e diversificação do sistema; diversificação dos tipos e modalidades dos cursos oferecidos; gestão e avaliação da educação superior, financiamento público e/ou privado; mercantilização do ensino, etc.

O interesse crescente pela educação superior em tempos de ideologia neoliberal é visto de duas perspectivas: a individual e a nacional. Em uma perspectiva individual, o aumento do grau de escolaridade, com avanço do capitalismo e suas exigências, tem se tornado “uma variável cultural que atua na composição das identidades dos indivíduos – é uma aspiração, um objeto de expectativa e de desejo com capacidade de projetar, simbolicamente, as pessoas em direção a um futuro em aberto.” (PORTO e RÉGNIER, 2003, p. 6). Do ponto de vista nacional em tempos de globalização:

A vantagem competitiva de um país em relação a outro começa a depender da capacitação de seus cidadãos, da qualidade dos conhecimentos que estes são capazes de produzir e transferir para os sistemas produtivos e da capacidade de aplicação / geração da ciência e tecnologia na produção, de bens e serviços. (PORTO e RÉGNIER, 2003, p. 6 e 7)

Esta perspectiva nacional é reforçada por orientações de organismos internacionais como UNESCO, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, podendo ser visualizada no Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) ao admitir que para o país atingir graus elevados de desenvolvimento e independência é necessário um forte sistema de educação superior. (ALFINITO, 2007; PORTO e RÉGNIER, 2003)

Este interesse generalizado pela educação superior tem contribuído para o aumento da demanda e oferta deste nível educacional, o que nos faz questionar: que tipo de educação

superior o país está construindo? Esta educação superior é capaz de desenvolver o indivíduo de forma integral como pessoa, cidadão e trabalhador?

FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Os primórdios da educação superior no Brasil são marcados pelo desinteresse e resistência de Portugal em desenvolver esse nível de ensino em suas colônias o que desde o princípio criou um atraso considerável em relação aos países de colonização espanhola. As primeiras faculdades surgem no Brasil somente a partir de 1808 com a chegada da família Real, porém fortemente marcadas pelo elitismo (formação dos filhos da aristocracia) e já se vislumbrava desde então o desenvolvimento da “cultura bacharelesca”, pois estas primeiras faculdades visavam à formação de “doutores”, profissionais das áreas do Direito, da Engenharia e da Medicina. (CARVALHO, 2004; COSTA e RAUBER, 2009)

Até o ano de 1920 a educação superior brasileira se desenvolveu através de um conjunto de escolas e faculdades profissionalizantes, sem que se conseguisse criar uma instituição universitária; somente neste ano através da união dos cursos superiores existentes na Escola Politécnica, na Faculdade de Medicina e na Faculdade de Direito é criada a Universidade do Rio de Janeiro.

A partir de 1930 inicia-se o esforço de arrumação e transformação do ensino superior no Brasil. O ajuntamento de três ou mais faculdades podia legalmente chamar-se universidade. É nesses termos que se fundam as Universidades de Minas Gerais – reorganizada em 1933 – e a Universidade de São Paulo, que em 1934, já expressa uma preocupação de superar o simples agrupamento de faculdades. (LUCKESI, 1991)

A criação das primeiras universidades brasileiras sofreu influência de dois modelos distintos, o francês e o alemão. A influência francesa se dá com maior força na criação das universidades do Rio de Janeiro, sendo marcada pela criação de faculdades isoladas, dissociação entre ensino e pesquisa e grande centralização estatal, focada na formação especializada e profissionalizante. A influência alemã se evidencia na criação da universidade de São Paulo que coloca a pesquisa como uma das principais finalidades da universidade, ultrapassando a mera formação especializada e profissional, sendo capaz de uma formação científica, humanista e não pragmática; este modelo defende a autonomia da universidade frente ao estado. (PAULA, 2009)

A partir da Reforma Universitária de 1968 através da Lei 5540, o sistema de educação superior brasileiro, assim como o europeu e de outros países da América Latina já haviam sofrido, sofre grande influência da concepção universitária norte-americana que impactará a estrutura organizacional e a finalidade da educação superior com características como: vínculo linear entre educação, desenvolvimento econômico e mercado de trabalho; estímulo a parcerias entre universidade e setor produtivo; massificação do ensino superior através da ampliação de vagas nas universidades com proliferação acentuada de instituições privadas e ênfase nas dimensões técnica e administrativa do processo de reformulação da educação superior despolitizando-a. (PAULA, 2009)

EXPANSÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRO

O sistema de educação superior brasileiro experimentou nas últimas quatro décadas dois períodos de expansão, o primeiro de 1964 a 1980, sob o regime militar, neste período o número de matrículas neste nível de ensino cresceu quase dez vezes. Durante o período de abertura política, 1980 a 1995, houve um crescimento irrisório de 1,36%. Sendo o segundo período de expansão a partir de 1996 até os dias atuais, marcado pelo crescimento do setor privado e a diversificação das Instituições de Ensino Superior - IES (faculdades isoladas, centros universitários e universidades). A taxa média do crescimento do número de Instituições de Ensino Superior (IES) observada entre os anos de 1974 e 1993 foi de 0,3%, saltando para 8% ao ano na década de 1994 a 2003. (MICHELOTTO et al., 2006; ALFINITO, 2007)

Porém a partir de 2003 observa-se uma desaceleração do crescimento do número de IES; parece-nos que estamos em um ponto de inflexão do movimento de expansão do ensino superior, em números absolutos o Censo da Educação Superior de 2008 registrou 2.252 IES, ou seja, 29 instituições a menos do Censo 2007; o relatório técnico do Censo 2008 relata que esta diminuição pode ser explicada pela integração de instituições através de fusão (criação dos IFET's através da fusão de CEFET's) ou compra (INEP, 2009), fenômeno observado através do avanço de capital transnacional sobre o "negócio" que se tornou a educação superior. (BRASIL/INEP, 2009)

Apesar da expansão do sistema ao se verificar a taxa de escolarização bruta na educação superior (índice estabelecido pela UNESCO que se refere à razão entre o total de matrículas na educação superior e a população na faixa etária correspondente) não é das melhores; verifica-se que embora o crescimento apresentado pelo Brasil passando de 14% em 1999 para 20% em 2004 seja considerável; ao compararmos com outros países da América Latina, o Brasil que ocupava a 6ª posição em 1999, perde uma posição passando a ocupar a 7ª posição em 2004. (ALFINITO, 2007; NEVES et al., 2007)

Entre os fatores que ampliaram a demanda por ensino superior no Brasil a partir de meados da década de 90 destacam-se: aumento dos concluintes do ensino médio (até o início da década de 90 apresentava taxa de crescimento anual de cerca de 2% e a partir de meados desta mesma década passou a atingir um crescimento anual de aproximadamente 12%); crescimento da classe média com novas oportunidades de trabalho surgidas no mercado, exigindo, na maior parte das vezes, formação superior dos candidatos; e o novo perfil do serviço público que passou a contratar funcionários por meio de concursos públicos, exigindo também com frequência em seus editais a diplomação em curso superior para as vagas oferecidas e ainda valorização do conhecimento científico, aspiração das famílias por mobilidade social através da educação e a defesa dos direitos sociais (entre eles educação). (ALFINITO, 2007; NEVES et al., 2007)

É evidente que a política de expansão via setor privado da educação superior, ou mesmo a política da não política observada para o setor, deixando-o ser regulado pelo mercado, através da oferta e demanda; além de efeitos perversos para a qualidade da educação superior esta expansão apresenta sinais de esgotamento e estrangulamento do sistema, estabelecendo a competição predatória no setor com favorecimento da entrada de grandes grupos de capital que muitas das vezes não têm em sua origem nenhuma ligação ideológica com setor educacional.

A lógica de mercado, a competição com instituições com fins lucrativos tem feito com que instituições de ensino superior privadas sem fins lucrativos reduzam investimentos em projetos de relevância social para se manterem a sustentabilidade econômico-financeira. O problema em se expandir o sistema via principalmente IES privadas com fins lucrativos está relacionado a limitações no desenvolvimento da equidade, relevância social e qualidade do ensino oferecido. (BERTOLIN, 2009)

A ausência de um plano intersetorial articulado de desenvolvimento econômico faz com que parcelas significativas da população brasileira não tenham condições de financiar sua educação superior neste sistema privado que ora se apresenta; a situação é agravada pelo fato dos que conseguem com sacrifícios e esforços custear seu curso superior, se deparam com grandes dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho, e quando inseridos a remuneração percebida não faz jus ao investimento feito, não atendendo às expectativas pessoais de mobilidade social via educação.

Observa-se que há um descompasso entre oferta e demanda na educação superior, do total de vagas oferecidas no ano de 2005 apenas 63% são preenchidas, sendo que o setor público preenche 95% de suas vagas enquanto o setor privado preenche somente 57,8% das vagas. (NEVES et al., 2007) Cruzando estes dados a respeito da taxa de ocupação de vagas com as baixas taxas de escolarização brutas vistas anteriormente, percebe-se que há fatores que impedem o acesso à educação superior da forma em que ela se apresenta, ou seja, concentradamente no setor privado, sem dúvida esta discrepância pode ser explicada em parte pela condição sócio-econômica da população brasileira, que não pode arcar com o ônus de uma educação superior privada.

Como uma das respostas a esta situação, fez com que o sistema, especificamente o setor privado de ensino superior procurasse reduzir custos, ainda que, com comprometimento da qualidade, com objetivo de abaixar mensalidades para atingir camadas populacionais com menor renda e abarcar maior fatia de mercado. (ALFINITO, 2007)

Por parte do governo federal a resposta foi a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004, esse programa tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Segundo o site oficial do Ministério da Educação, entre 2005 e o primeiro semestre de 2009, o PROUNI possibilitou a inclusão de 540 mil estudantes no ensino superior privado. No primeiro semestre de 2009, o programa ofereceu 156.416 novas bolsas de estudos, das quais 95.694 integrais e 60.722 parciais de 50% da mensalidade. Com as 91.227 bolsas ofertadas no segundo semestre, o PROUNI soma este ano 247.643 bolsas. (BRASIL, 2009)

Comentando a ocupação de vagas ociosas em instituições privadas através do PROUNI, Michelotto et. al. (2006) afirma que embora isto represente um aumento do número de universitários, não representa avanço no que diz respeito a democratização do acesso ao ensino superior e à justiça social, muitas vezes o programa garante o acesso mas não a permanência pois atrelado à mensalidade há uma série de custos como transporte, material didático entre outros, que não são cobertos pelo programa.

Ao se considerar a condição sócio-econômica dos alunos matriculados no ensino superior não há diferença significativa entre o setor público e privado. Dados da PNAD/IBGE 2004 mostram que 57% das matrículas do ensino superior no setor público e 69,3% do setor privado são de alunos oriundos do quinto mais alto de renda familiar, segmento composto por apenas 9,6% das famílias brasileiras. (NEVES et al., 2007) O que demonstra que duzentos anos depois da chegada da família real ao Brasil trazendo as primeiras faculdades, a educação superior brasileira, apesar da expansão recente do sistema, continua elitizada.

O que se vê é uma expansão neoliberal da educação superior tida como mercadoria ou serviço, sem um projeto pedagógico inovador, longe do ideal de uma educação superior como bem público capaz de desenvolver a autonomia das pessoas e sociedades, formando cidadãos capazes de saber pensar de forma crítica e propositiva, qualificados para a vida em uma sociedade democrática. (DEMO, 2005; MICHELOTTO et al., 2006)

Em tempos de globalização avançada e irreversível ao se discutir a expansão do sistema de educação superior não pode esquecer-se de aspectos internacionais. Incluída como um dos setores de serviços negociáveis pelos países membros da OMC através do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (Gats) é necessário que haja um debate entre a sociedade, os órgãos responsáveis pela educação superior e aqueles formadores da política externa, para que se discuta a viabilidade da liberalização da educação e qual o grau de liberalização desejável. (RIBEIRO, 2006)

O que se observa na expansão da educação superior brasileira é um desequilíbrio em seus objetivos: formação do trabalhador, cidadão e da pessoa; sendo a ênfase dada na qualidade formal que privilegia a formação técnica em cursos aligeirados com relação estrita com o mercado de trabalho.

DIVERSIFICAÇÃO DO SISTEMA E DE PROGRAMAS E CURSOS

A partir da LDB 9394/96 deu-se maior destaque à diversificação tanto dos formatos organizacionais das IES como das modalidades a serem oferecidas pela educação superior. O objetivo desta diversificação era “assegurar condições mais favoráveis – menor custo e maior adaptabilidade à demanda – para uma incorporação massiva de novos estudantes.” (NEVES et al., 2007)

A diferenciação entre instituições: horizontal (financiamento público e/ou privado) e vertical (distintos tipos de instituições), é uma das bandeiras de organismos internacionais como o Banco Mundial. Horizontalmente observam-se uma miscigenação crescente das fontes de financiamento da educação superior, as universidades públicas cada vez mais em busca de recursos privados através do estabelecimento de parcerias e oferta de serviços a empresas, e instituições privadas recebendo recursos públicos através de programas do governo como o PROUNI, enquanto verticalmente observam-se faculdades isoladas, centros universitários e universidades, todas oferecendo educação superior porém com capacidades e interesses muito diferentes na produção do conhecimento científico, sendo que muitas se contentam com a transmissão deste conhecimento; não se responsabilizando pela indissociação entre ensino, pesquisa e extensão. (MICHELOTTO, 2006)

Do total de 2.252 IES que constam do Censo da Educação Superior de 2008, 90% são privadas e apenas 10% são públicas. Sendo que a maioria absoluta de faculdades e centros universitários, 93,1% e 96% respectivamente são privadas enquanto as universidades são distribuídas de forma praticamente igual, sendo 53% públicas e 47% privadas. (BRASIL/INEP, 2009)

Quanto à organização acadêmica predominam as faculdades, escolas, institutos, faculdades integradas, centros federais de educação tecnológica e faculdades de tecnologia que correspondem a 86,4% das IES, enquanto as universidades e centros universitários representam 8,1% e 5,5% respectivamente. (BRASIL/INEP, 2009)

Este arranjo organizacional onde há predomínio absoluto de pequenas IES contribui para uma formação técnica, profissionalizante dissociada do desenvolvimento da pesquisa e produção do conhecimento; estas instituições não estão sujeitas às mesmas exigências de incentivo a pesquisa que as universidades, como também não contam com recursos humanos e financeiros destinados à pesquisa, se ocupam predominantemente da transmissão de conhecimento científico pouco contribuindo para sua produção.

O sistema tornou-se muito mais flexível ao mesmo tempo em que estabelecia mecanismos de controle da qualidade. A flexibilidade estendeu-se aos cursos com abolição dos

currículos mínimos e previsão das Diretrizes Curriculares Nacionais. Foram previstos também cursos sequenciais de curta duração, até dois anos, com objetivo de atender uma parcela específica da população, pessoas com mais de 25 anos de idade com experiência profissional e sem formação superior. Como uma alternativa prática e econômica de se resgatar o déficit de formação universitária no país. (ALFINITO, 2007)

A eliminação da rigidez dos currículos mínimos, a implantação de novas diretrizes curriculares e a redução do tempo mínimo de integralização para três anos vêm favorecendo a maior diversificação dos cursos que estão sendo ofertados pelas instituições de ensino superior. (PORTO e RÉGNIER, 2003 p. 79)

Porém, Paula (2009) alerta para o processo que chama de “*macdonaldização*” do ensino superior se referindo ao processo de influência norte-americana pelo qual, principalmente instituições privadas com objetivo de atender as demandas do mercado e dos “clientes” que estão interessados em um diploma universitário como passaporte para o mundo do trabalho; promovem a proliferação de cursos sem *status* acadêmico, banalizando e aligeirando a formação em nível superior.

GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Impactado pelo modelo norte-americano desde 1968 o sistema de educação, público ou privado, passa a ser gerido de forma empresarial, Bertolin (2009) denomina esta forma de gerenciamento através de modelos empresariais em instituições públicas de “*managerialismo*”, procurando atender as demandas imediatas do setor produtivo, do Estado e da sociedade de consumo; formando especialistas para o mercado, produzindo pesquisas utilitaristas e conhecimento tecnológico imediatamente aplicável. (PAULA, 2009)

A expansão do sistema de educação superior traz consigo a necessidade de mecanismos que permitam garantir a qualidade da educação oferecida. Segundo Porto e Régnier, 2003:

A preocupação com a universalização do acesso, a qualidade dos cursos e programas e os instrumentos de regulação e controle do setor deverão variar em orientação, ritmo e intensidade, correspondendo às capacidades e prioridades de cada nação e ao desenvolvimento de instâncias internacionais de regulação. (PORTO e RÉGNIER, 2003 p. 6)

A expansão do sistema de educação superior brasileiro através da iniciativa privada coloca ao Estado o desafio de zelar pela qualidade da educação superior em cumprimento ao dispositivo constitucional expresso no art. 209 da CF de 1988, que condiciona a oferta de ensino pela iniciativa privada à autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Embora o debate a respeito da avaliação da educação superior brasileira aconteça desde meados da década de 80 e algumas iniciativas tenham sido implantadas desde então; foi a partir de 2004 que se estabeleceu o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior através da lei nº 10.861/2004, reconhecendo a avaliação como instrumento de política educacional responsável pela defesa da qualidade, da participação e da ética na educação; tendo como desafios articular avaliação e regulação, rompendo com o foco de iniciativas anteriores, quantitativo e favorável à classificação (*ranking*) que estimulava a concorrência, adotando

princípios de uma avaliação formativa e não punitiva. (MENEGHEL, S. M.; ROBL., F.; SILVA, T.T.F., 2006; BERTOLIN, 2009)

Analisando o contexto europeu, Afonso (2003) argumenta que com a visibilidade social e a importância política a avaliação tornou-se um dos eixos estruturantes das políticas educacionais, que procura compatibilizar aspectos contraditórios, ao passo que provê um aumento do poder regulador do Estado em uma lógica voltada para o mercado ou para auto-regulação institucional. Parece ser este o caminho adotado pelo Brasil através da instituição do SINAES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pôde-se observar que a educação superior brasileira sofre consequências negativas desde sua origem, criada pela coroa portuguesa tardiamente em relação às demais colônias da América Latina; com objetivos claramente elitizados de formar os filhos da pequena aristocracia para serem os líderes intelectuais da nação em formação, com implantação de carreiras profissionais consolidadas (direito, medicina e engenharia) com fortes componentes técnicos, mas pouca formação humanista e política; carreiras estas oferecidas em escolas isoladas que apresentavam dissociação entre ensino e pesquisa nos moldes do modelo francês.

A expansão acelerada do sistema de educação superior brasileira a partir da segunda metade da década de 90 aconteceu de forma desarticulada com as demandas sociais da população brasileira, estando à mercê da lógica do mercado orientada por uma ação política neoliberal que acredita que o crescimento da oferta via setor privado seja capaz de democratizar o acesso à educação superior. Como consequência o acentuado crescimento do número de vagas, pouco contribuiu para a democratização do acesso a este nível de ensino, fazendo com que mais da metade dos estudantes do nível superior sejam oriundos de 10% das famílias que possuem o quinto mais alto de renda familiar. Estas vagas foram criadas através do setor privado abrindo oportunidades reais somente para pessoas de uma classe social favorecida minoritária na sociedade brasileira; daí a ociosidade de vagas no setor privado ao lado de uma baixa taxa de escolarização bruta na educação superior.

O crescimento acelerado do número de IES privadas estabelece uma alta competitividade no mercado educacional. O que por um lado é benéfico, pois diminui o preço das mensalidades do ensino superior facilitando o acesso de pessoas que anteriormente tinham nas condições econômicas uma barreira de acesso intransponível, por outro, pode comprometer a qualidade da educação oferecida ao atingir aspectos essenciais à qualidade. Isso reforça a necessidade do Estado estabelecer os padrões de qualidade da educação superior que é oferecida pelo setor privado.

As políticas compensatórias como o PROUNI embora representem um avanço não são suficientes para promover uma democratização de acesso com justiça social. São frequentes os casos de má utilização desta política que ao invés de beneficiar os setores da população que realmente necessitam dos recursos disponibilizados pelo programa, acaba sendo utilizado por indivíduos com boas condições sócio-econômicas e se caracteriza, portanto o financiamento público do setor privado para atendimento elitizado.

A política de omissão no período de franca expansão neoliberal do sistema educacional brasileiro é a causa dos grandes desafios impostos a este nível de educação hoje, desafios relacionados à democratização do acesso, melhoria da qualidade formal e política da educação, entre outros. Tais desafios estão postos a sociedade brasileira e precisam ser enfrentados através de amplas discussões sobre o papel da educação superior que queremos, e estão atrelados a

questões mais amplas como cidadania e direitos sociais, papel do Estado, modelo de desenvolvimento do país.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação. *Revista Brasileira de Educação*. n. 22, Jan/Fev/Mar/Abr, 2003. p. 35-46

ALFINITO, Solange. Educação superior no Brasil: análise do histórico recente (1994-2003), Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. 93 p. (Série Documental. Relatos de Pesquisa, ISSN 0140-6551)

BERTOLIN, Júlio C. G. Avaliação da educação superior brasileira: relevância, diversidade, equidade e eficácia do sistema em tempos de mercantilização. **Revista Avaliação**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 351-383, jul., 2009.

BRASIL. Ministério da educação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>, acessado em 15 de setembro de 2009.

_____. Ministério da Educação. Resumo técnico – Censo da Educação Superior 2008 (Dados preliminares), INEP: Brasília, 2009.

CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 5ª ed., Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

COSTA, Everton de Brito Oliveira; RAUBER, Pedro. História da educação: surgimento e tendências atuais da universidade no Brasil. **Revista Jurídica UNIGRAN**. Dourados-MS; v. 11; n. 21; Jan./Jun. 2009.

DEMO, Pedro. A educação do futuro e o futuro da educação. Campinas: Autores Associados, 2005.

LUCKESI, C. et al. **Fazer universidade**: uma proposta metodológica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

MENEGHEL, S. M.; ROBL., F.; SILVA, T.T.F.. A relação entre avaliação e regulação na Educação Superior: elementos para o debate. *Educar*, Curitiba: Editora UFPR, n. 28, p. 89-106, 2006.

MICHELOTTO, R. M.; COELHO, R. H.; ZAINKO, M. A. S. A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula. **Educar**, Curitiba: Editora UFPR n. 28, p. 179-198, 2006.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; RAIZER, Leandro; FACHINETTO, Rochele Fellini. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. PAULA, Maria de Fátima de. A formação universitária no Brasil: Concepções e influências, **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 1, p. 71-84, mar. 2009.

PORTO, Cláudio; RÉGNIER, Karla. O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025 disponível em:

http://www.unemat.br/prpdi/pdi/docs/ensino_superior_mundo_brasil_tendencias_cenarios_2003_2025.pdf acessado em 21/12/20

RIBEIRO, Gustavo Ferreira. Afinal, o que a organização mundial do comércio tem a ver com a educação superior? **Revista Brasileira de Política Internacional**. n. 49, v. 2, pg. 137-156.